

PANDEMIA DECISÃO FOI TOMADA NA NOITE DESTA QUINTA-FEIRA E AGORA PASSARÁ À APRECIÇÃO DO SENADO ANTES DE ENTRAR EM VIGOR

Câmara aprova auxílio de R\$ 600 para baixa renda na crise do coronavírus

Para as mães que são chefe de família, o projeto permite o recebimento de duas cotas do auxílio; governo também estuda pagar salários integrais de quem não for informal

BRASÍLIA

Das agências
@jornalovale

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou no final da noite desta quinta-feira o pagamento de um auxílio emergencial por três meses, no valor de R\$ 600, a pessoas de baixa renda. A medida foi incluída pelo deputado Marcelo Aro (PP-MG) no Projeto de Lei 9236/17, de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG). O texto será analisado ainda pelo Senado.

Em seu substitutivo, Marcelo Aro incluiu sugestões de vários partidos para ampliar o acesso aos recursos durante o período de isolamento para combater a proliferação do coronavírus (Covid-19).

Inicialmente, na primeira versão do relatório, o valor era de R\$ 500 (contra os R\$ 200 propostos pelo governo). Após negociações com o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), o Executivo aceitou aumentar para R\$ 600.

Com o novo valor, a estimativa de impacto feita pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de R\$ 12 bilhões, deve subir para R\$ 14,4 bilhões.

Para as mães que são chefe de família (família monoparental), o projeto permite o recebimento de duas cotas do auxílio, totalizando R\$ 1,2 mil.



Vazio. Fachada do Congresso Nacional, a sede das duas Casas do Legislativo durante a pandemia

Enquanto durar a epidemia, o Poder Executivo poderá prorrogar o pagamento do auxílio.

Empresários que, segundo a legislação previdenciária, devem pagar pelos primeiros 15 dias do afastamento do trabalhador por motivo de saúde, poderão descontar o valor desse tempo de salário dos recolhimentos de contribuições devidas ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) caso

rental), o projeto permite o recebimento de duas cotas do auxílio, totalizando R\$ 1,2 mil. Enquanto durar a epidemia, o Poder Executivo poderá prorrogar o pagamento do auxílio. Empresários que, segundo a legislação previdenciária, devem pagar pelos primeiros 15 dias do afastamento do trabalhador por motivo de saúde, poderão descontar o valor desse tempo de salário dos recolhimentos de contribuições devidas ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) caso

APROVAÇÃO

- AJUDA**
Trabalhadores poderão receber uma ajuda de custo de até R\$ 600.
- CUSTO**
Para os informais, impacto pode chegar aos R\$ 14,4 bilhões nos cofres públicos.
- AUMENTO**
Inicialmente, na primeira versão, o valor previsto era de R\$ 500

DETALHE

- MULHERES**
Para as mães que são chefe de família, valor chega a R\$ 1,2 mil.
- PRAZO**
Poder Executivo poderá prorrogar o pagamento do auxílio.
- TITULO CAIXA ALTA**
É preciso ter 18 anos e não ter emprego formal para pleitear o valor.

a doença seja causada pelo coronavírus.

SALÁRIOS.

Além disso, o governo avalia recompor 100% do salário de trabalhadores com renda mais baixa que tiveram salário e jornada cortados durante a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Em medida elaborada no Ministério da Economia, técnicos produziram um modelo para dar compensação maior às remunerações mais baixas e garantir pagamento próximo ao integral para quem ganha até três salários mínimos (R\$ 3.135).

Os novos estudos vêm após o presidente Jair Bolsonaro publicar - e revogar em seguida - uma medida que permitiria a suspensão de contratos sem garantia de nenhuma compensação por parte do empregador ou do governo.

Inicialmente, a equipe econômica anunciou que daria autorização para empregadores reduzirem salários e jornadas de funcionários em até 50%.

Como compensação, pessoas que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.090) receberiam uma antecipação de 25% do valor ao qual teriam direito caso fossem demitidas e solicitassem o seguro-desemprego. Agora, a compensação deve mudar, sendo feita em faixas.

O novo modelo - ainda em estudo e sem data para anúncio - amplia o limite de renda dos beneficiados de dois salários mínimos (R\$ 2.090) para três salários mínimos (R\$ 3.135). Também está em análise estender ainda mais esse limite para que um número maior de pessoas receba. A base considera que, pela Constituição, ninguém pode receber menos do que um salário mínimo. ■

3.135

REAIS

é o valor integral que poderá ser pago por dois meses para quem ficar sem trabalhar

PANDEMIA META É ARRECADAR ATÉ R\$ 80 BILHÕES POR ANO COM MEDIDA

Senado propõe taxar as grandes fortunas

AÇÃO. Enquanto o país enfrenta a crise gerada pela epidemia do coronavírus, o Senado discute projeto que prevê a taxação de grandes fortunas e destina recursos à saúde. O projeto está na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), pronto para ser votado. O projeto é do senador Plínio Valério (PSDB-AM) e cria o IGF (Imposto sobre

Grandes Fortunas). O imposto incidirá sobre patrimônios líquidos superiores a R\$ 22,8 milhões, com alíquotas que vão de 0,5% a 1%. Os recursos arrecadados serão direcionados para amenizar os impactos econômicos e orçamentários gerados pelo combate ao covid-19. Segundo o senador, a expectativa de arrecadação anual é de R\$ 70 a 80 bilhões. ■



Pandemia. Ação nas principais entradas de Porto Alegre

ECONOMIA

Dólar fecha abaixo de R\$ 5 e bolsa sobe

MERCADO. A bolsa de valores subiu pela terceira sessão seguida e voltou a aproximar-se dos 80 mil pontos. O dólar fechou abaixo de R\$ 5 pela primeira vez em quase duas semanas. A Bolsa fechou com valorização de 3,67%. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 4,996, com recuo de R\$ 0,038 (-0,75%). ■

CORONAVÍRUS

PGR quer R\$ 51 mi de Geddel para pandemia

AJUDA. O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu nesta quinta-feira ao STF (Supremo Tribunal Federal) que os R\$ 51 milhões atribuídos ao ex-deputado federal Geddel Vieira Lima sejam destinados ao combate ao novo coronavírus. A questão será decidida pelo ministro Edson Fachin. ■